



ATA Nº 228/2025, DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS. Aos nove dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, às 9 horas, deu-se início à Assembleia Extraordinária do CMAS, realizada de forma online pela plataforma google meet. Em primeira chamada estavam presentes 15 (quatorze) conselheiros (as). **PAUTA 1. APROVAÇÃO DA LDO 2026** - A vice-presidente Liciara Melissa fez a apresentação da pauta e de imediato passou a palavra para Carine Scheffer, Gerente Setorial da Secretaria de Município de Desenvolvimento Social, que apresentou a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para 2026. Fez a leitura das ações previstas para execução sendo elas: Inovar e manter as ações de proteção social básica, ampliar o acesso a serviços, benefícios e direitos sociais das famílias em situação de vulnerabilidade; executar e aprimorar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); garantir a concessão de benefícios eventuais às famílias; ampliar as Ações de Cadastro Único e Programas de Transferência de Renda; inovar e manter as ações de proteção social especial de média complexidade; ampliar o acesso à atenção especializada para famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, promover a execução do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e acompanhamento do Atendimento a Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (LA e PSC); realizar ações de prevenção e Enfrentamento às Violações de Direitos; implantar o Centro POP; fortalecer as políticas de combate a violência contra a mulher; inovar e manter as ações de proteção social especial de alta complexidade; promover a manutenção dos Serviços de Acolhimento Institucional; assegurar o acolhimento institucional as pessoas idosas que se encontram em situação de vulnerabilidade, abandono ou sem condições de autossustento e apoio familiar; qualificar e expandir programas como família acolhedora, família guardiã e acolhimento institucional; Implantar o serviço de acolhimento residencial inclusivo, de jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, que não tenham condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar; ampliar e integrar os serviços especializados para o atendimento de crianças e adolescentes, ampliar o número de vagas em Casas de Passagem; expandir a cobertura e atualização do Cadastro Único (CadÚnico); realizar o acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação; garantir a articulação e a continuidade do atendimento das famílias vulneráveis no território; integrar as políticas públicas municipais com o Programa Bolsa Família; aprimorar as iniciativas existentes e ampliar o acesso aos programas de qualificação profissional, garantindo maior inclusão e oportunidades para a população; fortalecer a colaboração com empresas e instituições para impulsionar a empregabilidade e a oferta de novas oportunidades no mercado de trabalho e ampliar a variedade de cursos oferecidos. Após a leitura das ações, foi passada a palavra aos conselheiros. A conselheira Thaesa Bacellar questionou se, de fato, está prevista a implantação de um Centro Pop e



se a Gestão Municipal irá considerar as deliberações aprovadas na XVI Conferência Municipal de Assistência Social. Relatou ainda que realizou uma visita ao CRAS Oeste e constatou que a unidade não se encontra em condições adequadas para o atendimento dos usuários e tampouco para os profissionais. Em resposta, Carine esclareceu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) expressa as intenções da administração para o exercício seguinte, mas sua efetivação depende da disponibilidade de recursos. Ressaltou que, atualmente, o município enfrenta uma crise financeira, o que limita a execução de determinadas ações. Informou que está sendo solicitado um aporte financeiro ao Governo do Estado para viabilizar as metas previstas. Com relação ao Centro Pop, disse que a meta é implantá-lo em 2026. Reconheceu a importância do serviço, mas destacou a necessidade de garantir sua implementação com qualidade. Acrescentou que a LDO é um desdobramento do Plano Plurianual (PPA) e que a XVI Conferência ocorreu posteriormente à sua elaboração, o que dificultou a construção conjunta das metas. Reforçou, no entanto, o compromisso da Gestão em considerar as deliberações da Conferência nos planejamentos futuros. Quanto ao CRAS Oeste, informou que está em andamento um processo de licitação para sua reforma. Na sequência, a conselheira Milla questionou o valor do repasse mensal à Associação Colibri, atualmente fixado em R\$ 15.000,00, apontando que o montante é insuficiente para a manutenção da instituição e indagou sobre a possibilidade de aumento. Carine respondeu que houve uma redução nos repasses do Fundo Nacional de Assistência Social, o que impactou diretamente nos valores destinados às instituições conveniadas. Explicou que o valor complementar tem sido coberto com o recurso livre do município, mas que, no momento, não há previsão de reajuste no repasse. A Conselheira Camila reforçou a importância de investir recursos na ampliação das equipes técnicas dos serviços para atendimento dos usuários. Após os esclarecimentos aos Conselheiros foi colocada para votação a LDO 2026. Em votação foi aprovado com 14 (quatorze) votos a favor. **PAUTA 2: EMENDA PARLAMENTAR DESTINADA A APAE** – Com a palavra, Carine informou que a APAE foi contemplada com uma Emenda Impositiva do Deputado Federal Pedro Westphalen, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Na sequência, Andreia, assistente social da instituição, esclareceu que o recurso será destinado à manutenção dos serviços prestados pela APAE. Após os devidos esclarecimentos aos conselheiros, a emenda parlamentar foi colocada em votação, sendo aprovada com 14 (quatorze) votos favoráveis. **ASSUNTOS GERAIS:** A vice-presidente Liciara Melissa aproveitou o espaço para manifestar sua preocupação quanto à mudança repentina da Casa dos Conselhos, classificando a ação como um retrocesso que enfraquece os conselhos de direitos. Ela lembrou que, em janeiro, o CMAS encaminhou um ofício à Secretaria com diversas demandas, entre elas a solicitação de um espaço físico mais adequado — com janelas e salas amplas — que promovesse a saúde mental e não o adoecimento dos servidores, considerando alguns relatos recebidos. No entanto, foi surpreendida com a notícia da mudança sem uma prévia consulta. Carine esclareceu que, em atenção ao pedido e diante da escassez de recursos, a Secretaria buscou como alternativa a transferência dos conselhos para um novo local, em uma sala no prédio do Restaurante



Popular, como forma de otimizar os recursos disponíveis. Informou ainda, que o novo espaço está em processo de adequação, como pintura e reorganização. Ressaltou que o local é amplo, conta com uma sala de reuniões, mas não possui divisórias — o que exigirá compartilhamento do espaço entre os conselhos. Carine convidou os conselheiros a visitarem o local após a conclusão da reforma para melhor avaliação do ambiente. A vice-presidente destacou que houve uma falha na comunicação e que o Secretário poderia ter dialogado previamente com os conselhos sobre a mudança. Em resposta, Carine informou que há possibilidade de busca por um novo local para instalação dos conselhos no próximo ano. Houve manifestação de conselheiros que demonstraram descontentamento com a mudança, ressaltando que o local atual atende adequadamente às necessidades dos conselheiros, especialmente no que se refere à localização, espaço para reuniões, atendimento aos usuários e à garantia do sigilo das informações. Ao final a vice-presidente enfatizou a necessidade de estabelecer um diálogo com o Secretário Juliano Soares sobre o assunto. Não havendo mais nada a tratar, eu, Adriana de Fátima Pozzobon, segunda secretária deste conselho, lavrei a presente ata, que, após leitura e aprovação, será assinada por mim e pela vice-presidente. Santa Maria, 15 de julho de 2025.